

# MOVIMENTOS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS, GÊNERO E A EXPERIÊNCIA NO NEGUEM/UFU: avanços e desafios históricos<sup>1</sup>

Cláudia C. Guerra<sup>(\*)</sup>

## Resumo

Este artigo constitui a transcrição de parte da mesa redonda no Seminário de História e Cultura, promovido pela pós graduação do Curso de história da Universidade Federal de Uberlândia e trata da relevante contribuição do Núcleo de Estudos de Gênero dessa instituição, constituído em 1997 para o fomento de movimentos sociais, políticas públicas relacionadas às construções de gênero, com seus avanços e desafios históricos, na cidade de Uberlândia-MG.

**Palavras-chave:** Gênero. Movimentos Sociais. Políticas Públicas.

## Abstract

This article is a transcript of part of the round table in the History and Culture Seminar, sponsored by the graduate of the Federal University of Uberlândia history course and addresses the relevant Gender Studies Center of the contribution of this institution, established in 1997 to foster social movements, public policies related to gender constructions, with its advances and historical challenges in the city of Uberlândia, Minas Gerais

**Keywords:** Gender. Social Movements. Public policy.

---

<sup>1</sup> Artigo submetido à publicação no Caderno Espaço Feminino da Pós Graduação em História/UFU, constitui transcrição, com alguns ajustes da linguagem coloquial para a formal e acréscimos da apresentação oral, da parte que me coube apresentar sobre movimentos sociais, políticas públicas e gênero, na Mesa Redonda apresentada no III Seminário História, Cultura, Gênero, Historiografia, cuja temática da mesa redonda: Núcleo de Estudos de Gênero(NEGUEM) da Universidade Federal de Uberlândia: saberes, projetos, políticas públicas, com participação das professoras pesquisadoras do referido núcleo e doutoras Eliane Schmaltz do Curso de Ciências Sociais, Eliana Biffi do Curso de Enfermagem, Jane Rodrigues aposentada do Curso de História e eu doutoranda em História pela UFU, no dia 17 de setembro de 2015, na Universidade.

<sup>(\*)</sup>Cláudia Costa Guerra é membro fundadora, ex presidente e várias vezes da diretoria e voluntária da ONG SOS Mulher e Família de Uberlândia (pela paz conjugal, familiar e de gênero) e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero da UFU(desde 1992); uma das constituidoras do Programa PAM “Patrulha de Atendimento Multidisciplinar” (parceria, ONG SOS Mulher e Família de Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Prefeitura Municipal e Política Militar de Minas, para abordagens domiciliares em violência intrafamiliar) de 2003 a 2015, quando a PMMG saiu da parceria e o Programa passou a ser revitalizado e aprimorado; professora universitária da ESAMC(desde 2002) e de pós graduação em outras IES; doutoranda em História pela UFU(2013 e em andamento); mestre em História pela USP-SP(1998); Ex-gestora e fomentadora da Divisão dos Direitos da Mulher e Políticas de Gênero e Casa Abrigo Travessia/PMU (2001-2002); Ex-Presidenta do Conselho Mun. da Mulher(gestão 2004-2006) e conselheira desde 1999. E-mail: guerra.professora@gmail.com.

O problema de ficarmos por último, na fala da mesa redonda, após três pessoas, é que as pessoas já começam a bocejar. Então, façamos um breve aquecimento: espreguiçar. As fonoaudiólogas dizem que por sermos “operárias do saber”, a garganta encontra-se prejudicada e que se bocejarmos e basta esfregar a língua por dentro da boca, em movimento circular, que vem a vontade e melhoramos. Vamos todos(as) juntos, nessa dinâmica de aquecimento. Bom, como tenho “formigas no botequim” irei ficar de pé, durante a fala. A parte que me cabe, nessa mesa, diz respeito à significativa contribuição do NEGUEM - Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade, no sentido da associação entre a reflexão teórica e a prática proporcionado aos movimentos sociais e para a (re)construção de políticas públicas governamentais e não governamentais na cidade de Uberlândia. Nessa discussão irá perpassar o ponto de vista teórico daquilo que temos discutido no NEGUEM, nos estudos, nos seminários, nos congressos, ou seja, gênero, violência e relações de poder. Esse tripé se faz imprescindível para toda exposição ao mencionar sobre as políticas públicas que foram fomentadas e também os movimentos sociais. Nesse sentido, desde Adão e Eva (pensando a tradição judaico-cristã), há complexidades e a primeira mulher, historicamente, sequer foi Eva, mas Lilith. Essa foi retirada das escrituras por reivindicar igualdade com Adão e então, pelo imaginário do contexto, foi ter com o demônio/satanás.

Desde a graduação em História nessa Universidade, portanto “filha” dessa casa, despertei-me para a temática violência de gênero. Mais recentemente percebi que escolhemos o objeto e o objeto de estudo também nos escolhe. Talvez ao final desenvolva mais sobre esse link. Terapia também auxilia a identificar, mas tem história aí. Não pensem que sou diretamente vítima de violência doméstica. Nesse sentido, a graduação me conduziu a mapear, em Uberlândia, o que havia de políticas públicas e nós constituímos, em 1992, enquanto ainda estudante, com todas essas docentes e tantas outras, o Núcleo de Estudo de Gênero. Então, desde o início atuando, promovendo estudos, fomentando projetos e produzindo conhecimento. E essa experiência possibilitou inserção, inclusive porque sempre acreditei que só há sentido quando o suporte teórico caminha simultaneamente às práticas sociais, às

intervenções no cotidiano, no âmbito familiar. Senão, torna-se produção de calhamaços de folhas engavetadas. Afinal narramos de um tempo e lugar.

Em Uberlândia, havia desde 1988, apenas a Delegacia de Mulheres, onde foi possível realizar diagnóstico. No interior do poder público municipal, havia um setor que funcionava para lidar com essas questões do feminino, mas nos anos 90 não se falava muito, em gênero, no Brasil. Na época do Mestrado, realizei pesquisa na Delegacia de Mulheres, com vistas a compreender essa realidade, quem buscava auxílio, quais as características dessas pessoas (prefiro não utilizar o termo perfil por sua fixidez). E os sujeitos da história são dinâmicos. Ainda indagava como os profissionais lidavam com a demanda, os mitos que eram construídos a partir das narrativas, os fatores inibidores da busca de ajuda, observando os ciclos que eu não chamo mais assim, mas de espiral porque os ciclos são fechados, os espirais da violência se abrem e revelam possibilidades do ser.

Havia no Fórum processos crime, não organizados. Na época, não havia essa fácil acesso à internet. Falo de anos 80. Então ia para o Fórum (e mesmo sendo alérgica), colocava máscara, luvas e analisava processo por processo para selecionar aqueles de violência conjugal, doméstica e de gênero que interessavam. Ainda não havia a doações de processos ao Centro de Documentação e Pesquisa em História/ CEDHIS/UFU. Vasculhava as páginas policiais e afins dos jornais locais, encadernados no Arquivo Público Municipal de Uberlândia. Transcrevendo, de modo manuscrito, o que se relacionava à temática. Atualmente, tão mais fácil e rápido o acesso. Fui bolsista estagiária desse Arquivo por um tempo, quando graduanda.

Tive financiamento não me recorde se do CNPQ ou da CAPES, iniciação científica na graduação e, em seguida, aprovada, também com bolsa, para o Mestrado, na USP-SP. A temática continuou perturbando, incomodando, instigando e nós com as reflexões no NEGUEM, suporte teórico, troca de experiências, favorecendo olhar de um modo diferente para essa história e realidade.

De 1995 a 1997 fui convidada a apresentar na TV Paranaíba, emissora da Bandeirantes, programa de entrevistas, intitulado Revista da Cidade. Nesse programa (e não tenho formação como jornalista) era a historiadora-apresentadora. Discutíamos temas raramente tratados nos anos 90: aborto, homossexualidades,

prostituições femininas e masculinas, questões de gênero, relações patrões e empregadas domésticas, sexismos, educação diferenciada e integral para meninos e meninas e suas consequências, dentre tantos que propunha e indicava convidados profissionais especialistas e com conteúdos que o NEGUEM também produzia, afim de socializar e visibilizá-los. Foi interessante tal experiência.

Na TV Universitária também tive oportunidade de ser colaboradora e de levar discussões de gênero, em especial sobre violência de gênero, na Rádio Universitária também como colaboradora, no Programa Trocando em Miúdos, como formas de revelar práticas existentes e que muitas pessoas acreditam que aumentaram índices, mas nem sempre, apenas questões estão sendo mais visibilizadas, discutidas e, por vezes, resultando políticas públicas.

E, nesse sentido, em 97 ainda no mestrado na USP, focando pesquisa em Uberlândia sobre violência de gênero, conjugal e familiar, com entendimento de que era preciso devolver à sociedade, depois de mapear essa realidade, algo consistente em termos de política pública, além de um calhamaço de produção de conhecimento.

Para se ter noção de alguns índices mundiais, nacionais, regionais e locais da violência de gênero, que se constituem em “cantadas”, constrangimentos no trabalho, abandono material, discriminações, ameaças, intimidações, injúrias, calúnias, difamações, espancamentos, molestamentos sexuais, estupros (inclusive domésticos), “quebradeiras”, rapto, tráfico de mulheres e assassinatos são formas de manifestação das relações violentas entre os gêneros. Qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual, moral, patrimonial ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado. Há também a violência institucional. Deter-se há, aqui, na violência conjugal, doméstica e familiar, entendendo-a como um problema de saúde pública, social e de direitos humanos:

Dentre os processos crimes, envolvendo crimes contra a mulher, pesquisados no período de 1980 a 1994, no Fórum Abelardo Penna de Uberlândia, constata-se que a maior parte dos crimes são lesões corporais, em seguida os homicídios; os agressores, na sua maioria: amásios, maridos, namorados e ex...; com instrução; brancos, de 21 a 40 anos; motivados por ciúmes e a impunidade prevalece. (Dissertação de Mestrado defendida na USP em 1998, por Cláudia Guerra). A violência contra as mulheres é um fenômeno que atinge ao menos uma de cada três mulheres e meninas do mundo, segundo dados do UNIFEM, 2009. Estudo divulgado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estima os custos da violência contra as mulheres em termos de resultados intangíveis, tais como a saúde reprodutiva das mulheres, a vida profissional e o bem-estar de seus filhos (BID,2013). O Estudo multipaíses realizado pela OMS (Organização Mundial da Saúde) sobre a saúde da mulher e violência doméstica contra as mulheres em 10 países, principalmente

em desenvolvimento, constatou que, entre aquelas com idades entre 15 a 49 anos: Entre 15% das mulheres no Japão e 70% das mulheres na Etiópia e no Peru relataram violência física e /ou sexual por um parceiro íntimo. Entre 0,3% e 11,5% das mulheres relataram ter sofrido violência sexual por um homem que não o parceiro. A primeira experiência sexual para muitas mulheres foi relatada como forçada – 24% na zona rural do Peru, 28% na Tanzânia, 30% na área rural de Bangladesh e 40% na África do Sul. Segundo dados do EIGE (Instituto Europeu para a Igualdade de Gênero) para a EU (União Europeia), “nove em cada dez vítimas” de violência entre parceiros íntimos independentemente do vínculo legal e da coabitação) são mulheres e pelo menos uma em cada cinco delas é violentada durante a sua vida adulta (2012). De 1980 a 2011, 96.612 mulheres foram assassinadas no país. Em 2006, a taxa era de 4,2 assassinatos a cada 100 mil mulheres no Brasil. Em 2011, a taxa foi de 4,6, um total de 4.512 mortes no país. (Mapa da Violência, 2013). O Brasil perde 10,5% do seu PIB (US\$84 milhões de dólares anuais) com os problemas da violência (PIB, Bco Mundial/98). O PIB de 2012 foi de R\$4,84 trilhões. E segundo estimativa da ONU Mulheres, 10,5% do PIB equivale a R\$508,2 bilhões, em 2013. Esse é o impacto da violência de gênero na economia nacional, pois ao serem agredidas, Recorrem aos serviços de saúde, previdência, faltam ao emprego. A violência doméstica é a 3ª- causa de morte entre as brasileiras. E a cada 5 anos convivendo com agressão, a mulher perde 1 ano de vida saudável. (Programa Censura Livre/TV Bandeirantes jul./2009). São 5 espancamentos a cada 2 minutos, no Brasil (Fundação Perseu Abramo, 2010). Há 1 estupro a cada 11 minutos no Brasil (9º- Anuário da Segurança Pública, 2015). Há 1 feminicídio a cada 90 minutos no Brasil (Violência contra a mulher/Feminicídios no Brasil, IPEA, 2013). São 179 relatos de agressão por dia no Brasil (Balanço do Ligue 180, Central de Atendimento à Mulher, jan a jun. 2015). São 43 mil mulheres assassinadas em 10 anos, 41% em casa, no Brasil. (Mapa da Violência no Brasil, 2012). No Brasil, 41% dos brasileiros (cerca de 52 milhões de pessoas) admitem conhecer algum homem que já foi violento com a parceira. Por outro lado, apenas 16% dos homens entrevistados assumiram ter cometido violência contra a mulher, pois para muitos deles, xingar, forçar o sexo e impedir de sair de casa não são situações que se enquadrariam como violentas. (Pesquisa Instituto Avon/Data Popular, 2013). Diante da afirmação “Mulheres que Usam Roupas que Mostram o Corpo Merecem ser Atacadas”, 26% concorda totalmente ou parcialmente; 3,4% são neutros e 70% discorda parcialmente ou totalmente. E da afirmativa “Mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar”, 65,1% concorda totalmente ou parcialmente, 1,9% é neutro e 32,4% discorda parcialmente ou totalmente (Pesquisa IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, item: Tolerância Social à Violência contra Mulheres, realizada em maio/junho 2013, divulgada em março de 2014 e revisada e corrigida devido a erro de troca de gráficos em abril 2014. A amostragem foi de 3.810 pessoas, em 212 municípios do Brasil, sendo 66,5% mulheres e restante de homens e dentre a amostragem 19,1% são idosos(as). Balanço dos atendimentos realizados em 2014 pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) (site [www.compromissoeatitude.org.br](http://www.compromissoeatitude.org.br)): o Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher), realizou 485.105 atendimentos, uma média de 40.425 atendimentos ao mês e 1.348 ao dia. Desde a criação do serviço em 2005, foram mais de 4 milhões de atendimentos; 43% das mulheres em situação de violência sofrem agressões diariamente; para 35%, a agressão é semanal. O Brasil está em 5º lugar no ranking mundial em assassinatos de mulheres, com 4.762 mortas ao ano, 13 mortas ao dia, sendo, a maior parte, mulheres negras. (Mapa da Violência, ONU Mulheres, 2015). Dos serviços especializados de atendimento à mulher, há, no Brasil, apenas 368 DEAMs (Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher) num total de 5.565 municípios do país; em Minas Gerais são 46 DEAMs (dados Secretaria de Políticas para as Mulheres-DF, 2015). A cada duas horas, uma brasileira é morta em situação violenta. Uma em cada cinco mulheres afirma ter sofrido algum tipo de agressão por parte de um homem. Os dados fazem parte do Dossiê Violência contra as Mulheres, plataforma multimídia online lançada em 05/08/2015 pelo Instituto Patrícia Galvão (SPM-DF, 2015). A violência doméstica contra as mulheres no país gerou 306.653 mil inquéritos criminais em 2014 e esteve entre os três principais assuntos processuais em matéria criminal no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do país. No Sudeste, foi a 10ª causa de inquéritos. Os dados são da 4ª edição da publicação Ministério Público: um retrato, do Conselho Nacional do Ministério Público, divulgada ao final de junho (SPM-DF; julho/2015). De 2013 a 2015 a ONG SOS Mulher e Família de Uberlândia atendeu de modo continuado 6.618 famílias, nos setores social, psicológico e/ou jurídico, sendo a maior parte das pessoas atendidas em situação de violência afetiva, conjugal e familiar das regiões Oeste, Sul e Central. Os tipos de ocorrências mais comuns: Ameaça e Lesão Corporal. Os principais facilitadores da violência: ciúmes, fim de relacionamento, drogas lícitas, drogas ilícitas, Infidelidade e Intimidação. A Faixa etária do público alvo é de 20 a 45 anos, sendo 90% mulheres. De janeiro a novembro de 2015 foram 15 mulheres assassinadas em Uberlândia, sendo a maior parte por crimes passionais e de forma bárbara. (Polícia Militar e Polícia Civil/MG, 2015). Os

estudos também apontam para que as relações de violência entre homens e mulheres ocorrem em todas as classes sociais, raças e etnias. As classes médias (as maiores afetadas) e altas não denunciam, muitas vezes, por terem um “status” a preservar e receiam escândalos. Somente 1/3 das relações de violência entre os sexos é denunciado. A violência conjugal e doméstica traz prejuízos ao mercado, pois a mulher falta mais ao trabalho, produz menos, torna-se menos eficiente, sentindo-se insegura, ameaçada e com baixa autoestima.

Se boa parte do que ocorre não chega às organizações, não é porque “gostam de apanhar”, nem são “mulheres de malandro” ou “sem vergonhas”. Dados indicam que se sofre mais violência em casa por parte de pessoas próximas e conhecidas e nas relações afetivas e conjugais, sejam formais ou informais, entre casal heterossexual ou homossexual, do que por pessoas estranhas.

Parece haver um Genocídio no mundo, no Brasil e em Uberlândia. O Femicídio, assassinato de mulheres devido ao seu gênero e que desde 2015 passa a ser crime com agravante, qualificado e alteração na Lei Maria da Penha e no Código Penal e que se mostra para além da misoginia, ódio às mulheres.

Se as mulheres faltam ao trabalho devido à violência doméstica; esse dado é significativo para confecção de projetos com vistas a financiamentos do I Setor, diante comprometimento da produtividade no mundo capitalista. Assim como os gastos com violência em relação ao PIB. Verifica-se que essas violências impactam também na saúde dos sujeito diretamente, seja na saúde física ou mental.

Os dados do IPEA/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada indignam ao demonstrar o imaginário conservador e sexista de parte das pessoas consultadas, em pleno séc. XXI.

Como mencionei acima, era preciso devolver algo à sociedade e até anos 90 havia praticamente apenas a Delegacia de Mulheres na cidade, com profissionais com pouca ou nenhuma formação continuada, sem atendimento interdisciplinar, com uma equipe de escrivães que às vezes promovem violência institucional. E, inicialmente, na Delegacia de Mulheres era delegado, o que dificultava a busca de ajuda, inclusive pelo constrangimento. Mas também não basta só ser mulher à frente. Constatei, com o tempo, que possuir “vagina” não é o único critério para atuação qualificada. Há vereadora local, por exemplo, que se articulou, em 2015, para retirada da terminologia “gênero” do Plano Municipal de Educação. Mais que

possuir o órgão sexual feminino, faz-se necessária visão, projetos, inserção junto aos movimentos organizados.

Muito bem então nós constituímos, na medida também em que obtive recurso público para pesquisar e compreendendo como necessária a devolução social da produção de conhecimento, a ONG SOS Mulher e Família. A ONG foi constituída em 1997 e tive a honra de ser uma das membro fundadoras, pois o trabalho é sempre coletivo. E todas essas ações mencionadas tive oportunidade de participar como fomentadora e constituidora. Obviamente ninguém faz nada sozinho(a) nessa história, e nós proporcionamos para a comunidade, via ONG, atendimentos social, psicológico e jurídico gratuitos a pessoas que vivenciam violência conjugal, doméstica, familiar e de gênero, seja com estratégia de atendimento individual, com o casal ou grupos de apoio às mulheres em situação de violência, com autores de violência, com homens vítimas de violência. A estatística é diminuta para esses últimos casos, pois que a própria cultura não favorece que eles busquem auxílio. A pesquisa mostrou que é preciso trabalhar com todas as partes envolvidas na violência e o NEGUEM favorece essa perspectiva em suas discussões e pesquisas. É preciso pensar os masculinos e os femininos no relacional.

E assim a ONG SOS Mulher e Família de Uberlândia tem alguns diferenciais importantes em relação a outras organizações da cidade, da região e do país que é uma atuação interdisciplinar, social, psicológica e jurídica, Formação Continuada(técnica, teórica e humana, também com discussões de casos junto aos profissionais que a cada quinze dias leem textos base, discutem, debatem com especialistas sobre gênero, violência, movimentos sociais, relações de poder, mitos que envolvem essa violência, porque não há garantias de bom acolhimento, apenas com diploma, embaixo do braço, de Assistente Social, Psicóloga, Advogada, Historiadora, havendo risco de promover violência institucional. Desafiador os profissionais que acolhem possam contribuir com a promoção das(os) que vivem a violência, ao invés de promover violências explícitas ou sutis.

Além desse espaço, há na ONG o Cuidando dos Cuidadores porque quem atende violência é impactado por ela. Faz-se necessário espaço para o sujeito que atende violência, e nós temos uma vez por mês o Cuidando dos Cuidadores, com

determinadas vivências, dinâmicas afim de cuidar de quem cuida dos outros, identificar e trabalhar os impactos das violências demandadas nos profissionais e as que os próprios possuem.

Não é tranquilo receber uma mulher que o marido arrancou maior parte dos dentes com alicate. Grávida de oito meses que foi arremessada na parede, não é fácil. Criança de quatro anos, tão abusada por pai que ficou gaga. Fala-se muito da violência física, mas, além dela, há violências sexual, psicológica, emocional, moral, patrimonial, e entendemos isso desde 1997. A Lei Maria da Penha, 11.340, só veio em 2006.

Há momentos que não é possível atender, o(a) profissional não tem condições emocionais de lidar com o caso e isso precisa ser respeitado. Daí também a necessidade desses espaços coletivos. Com violência se atua de forma individual, mas é preciso também constituir espaços coletivos para que se consiga avançar. O Cuidando dos Cuidadores tem essa proposta e tem sido válida porque o sujeito é impactado pela violência, corre-se o risco de banaliza-la, de reproduzir mitos, de, entre a própria equipe de profissionais, haver violências. Afinal, as instituições podem tender a reproduzir o mal que desejam combater se não houver momentos para lidar com as próprias dificuldades. O NEGUEM está nessa trajetória propiciando suporte.

Em 1998 fizemos, como voluntária, parte da constituição do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, cuja função sugerir políticas públicas, acompanhá-las, fiscalizá-las e também projetos de leis, na área. No NEGUEM atuo como pesquisadora voluntária. E, profissionalmente, a docência me faz brilhar os olhos e me é útil para pagar as contas.

Além do NEGUEM, nesses espaços também contribuimos com publicações, informativos, com discussões junto à comunidade que nem sempre fala a “mesma língua” quanto às questões de gênero. Então há que se realizar formação continuada para Conselheiras, por exemplo, e ações educativas e preventivas e produção de conhecimento.

Dependendo de quem esteja à frente das políticas públicas e aí as relações de poder se revelam, no Poder Público Municipal, por exemplo, onde se pode ficar à

mercê, uma vez que muitas políticas públicas não são de Estado e sim de Governo ou o que está em jogo não são elas, mas a chegada e manutenção do próprio poder.

O Conselho dos Direitos das Mulheres ficou desativado por muitos anos em gestão da Prefeitura anterior a essa e, consecutivamente, por volta de sete, oito anos sem atuação, de fato. Para as mídias, diziam que estava ativo. Percebe-se que não há interesse no funcionamento efetivo de órgãos de controle social, especialmente quando não fomentadas políticas públicas, Recentemente conseguimos reativá-lo e está se desenvolvendo-se novamente.

Em 2000, eleição para Prefeitura de Uberlândia, a ONG tem como prática, por ser apartidária, apesar de extremamente política, convidar aqueles(as) que são candidatos(as), sejam a deputados estaduais ou federais, ou à assumir a Prefeitura de Uberlândia. É de praxe o diálogo e não conversamos com candidatos, sem apresentar e requerer assinatura de Carta Compromisso com nossas causas. Aprendemos isso na trajetória, inclusive para ter como reivindicar posteriormente. Chamamos todos dos diversos partidos e vão os que podem e desejam. Fazemos discussão qualificada e ao final a Carta Compromisso é assinada e datada.

Na época, em 2000, Zaire Resende esteve conosco e uma das nossas reivindicações era a criação de área de promoção de gênero, dentro do Poder Público Municipal que atuasse de modo transversal e não fosse “a cozinha” (e nada contra cozinha) da Prefeitura. O candidato que compareceu fez o compromisso conosco de criar uma Coordenadoria, ou Secretaria ou Superintendência, de preferência Secretaria de Políticas para as Mulheres. E foi criado muito menos do que foi solicitado, a Divisão dos Direitos das Mulheres e Políticas de Gênero e, mesmo não pertencendo a algum partido político, mas pela experiência com NEGUEM e SOS Mulher e Família, convidou-me a constituí-la e fazer sua gestão. Então iniciamos no interior do poder público essas discussões e promoções de políticas públicas, tentando fazer isso de forma transversal com as Secretarias variadas.

E constituímos, em 2002, a Casa Abrigo e Travessia. O projeto da Casa Abrigo e Travessia é da ONG SOS Mulher e Família, mas por ser local que abriga mulheres e filhos(as) menores de idade em situação de risco de morte, precisa ser

mantido pelo Poder Público, quem tem como dever garantir segurança. Então, o terreno era do Poder Público, a construção feita com recurso de Emenda Parlamentar de Deputado. A Casa Abrigo e Travessia de Uberlândia foi constituída e lançada virtualmente, por ser local sigiloso, não se pode divulgar endereço. Fundamental como complementação das políticas públicas de atendimento, porque por vezes Uberlândia recebe pessoas de fora da cidade e não têm para onde ir diante ameaças de morte por alguém próximo e que dorme com ela, que ela investiu/constituiu sonhos, projetos, filhos(as), sexualidade. É diferente a violência com pessoa próxima e conhecida que com pessoa estranha. Há complexidades, histórias de vidas. E aí, quando não tem para onde ir, ou se vai para vizinho(a), amigo ou família e vai ser ameaçada lá; então a Casa Abrigo é esse lugar para salvar vidas e pessoas em risco poderem ficar temporariamente enquanto as questões como procedimentos jurídicos, afastamento do autor da violência do lar, se dão. A Casa Abrigo foi conquista importante e que também desativada em gestão municipal anterior e diziam que ela estava funcionando. Nós da rede de enfrentamento à violência sabemos onde fica a Casa e, diante afirmativa de que a mesma estava funcionando, fui várias vezes na porta e estava com cadeado trancado por fora, Colocava jornal do dia com a data, fotografava e mandava para a imprensa poder mostrar que ela estava trancada enquanto muitas precisando de local seguro para garantir suas vidas e de seus(suas) filhos(as). O Programa recebeu prêmio em 2004 pelo BNDES por ser referência para a constituição de outras Casas na região e país.

A ONG SOS Mulher e Família também foi referência para a Delegacia de Mulheres de Araguari possuir equipe interdisciplinar para o atendimento. E o NEGUEM contribuindo, tanto com essas políticas públicas, quanto com os movimentos sociais.

Constituímos, em 2003, entendendo que é preciso para amenizar processos de violência, o caráter interinstitucional das ações, pois às vezes são replicadas ações que poderiam estar articuladas e em Rede. Tratar de Rede virou moda e é tema relevante, o que implica em pensar a atuação e as políticas de outro modo. A Rede de Enfrentamento à Violência não “brota”, precisa ser ativada constantemente, não deve ter hierarquia, todos os parceiros e órgãos são importantes, a Rede é aberta, precisa

ter pontos de conexão, as pessoas precisam se encontrar e falar o que estão fazendo, sem tantas vaidades. Então articular-se em Rede é trazer um outro paradigma, não combina inclusive com o Capitalismo, hierarquia, competição, disputa. Significa primar pela solidariedade, um desafio. E nós constituímos, o Programa PAM - Patrulha de Atendimento Multidisciplinar, numa parceria entre a ONG SOS Mulher e Família, a Polícia Militar de Minas Gerais, a Universidade Federal de Uberlândia e a Prefeitura. Afinal, ao levantarmos demandas, seria preciso envolvimento de instituições que executa políticas públicas. As patrulhas, mais recentemente, com quatro viaturas para abordagens domiciliares, contando com um Policial Militar, uma profissional do Serviço Social, da Psicologia ou do Direito. Equipe interdisciplinar realizando busca ativa e abordagem domiciliar em casos de violência doméstica depois que o 190, no momento do ocorrido, ter sido acionado. Então a PAM atuando, num segundo momento, compondo também civis, não devendo fazer o atendimento no contexto da violência. Depois dos ânimos se acalmarem é que a viatura faz esse trabalho de intervenção, educativo e preventivo e ela efetivamente diminuiu reincidência dos casos, então essa estratégia interinstitucional é pioneira e possui resultados.

Como falávamos de relações de poder, o Programa PAM foi, neste ano de 2015, desativado e iremos revitalizá-lo sem a Polícia Militar de Minas Gerais, porque esse Programa inspirou em Belo Horizonte a PVD, Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica sem civis, contando apenas com policiais, o que para nós da ONG descaracteriza a proposta do Programa, e fizeram uma lei de Estado onde a PVD, expandindo-se por todas as regiões e cidades, faz com que a PMMG opte por sair da parceria. Muitos(as) de nós crê que a única cidade em que a PVD não deveria existir e ser replicada é a onde a matriz foi constituída que é Uberlândia. No entanto, está sendo, porque, por vezes, prevalece nas relações de poder a vaidade e não a política pública e interesses da comunidade.

Diante tais mudanças, a ONG passa a refletir e também no NEGUEM até que ponto a violência conjugal, doméstica e de gênero é questão de polícia, ou se mais afinada aos Direitos Humanos e questões sócio históricas e culturais. Acreditamos que provavelmente a polícia com a PVD, não se diferencia muito do que o 190

realiza e que, a reativação desse Programa com os outros parceiros que permaneceram nele, implica em propostas diferentes.

Outra conquista é a Lei Maria da Penha que vem com alguns avanços importantes, mas insuficientes. Em Uberlândia, não foi sequer criado o Juizado Especial Criminal e Civil para operacionalizá-la, com uma equipe multidisciplinar, como prevista. E lei existe há nove anos.

Nós tivemos sancionada, em 2015, a Lei do Femicídio, importante no sentido que pra além do ódio às mulheres, assassinar as mulheres por conta desse ódio é grave. Então ela traz agravantes aos crimes e proporciona visibilidade aos casos. Não se sabe ainda se irá resultar ou não em diminuição dos assassinatos. Há que se avaliar e pesquisar posteriormente. A Lei Maria da Penha não diminuiu significativamente o número de homicídios, mas visibilizou, quando é analisado o período de vigência da mesma com dados de 2011 e 2012, são insignificantes em termos de diminuição de homicídios. No entanto, parece estimular as pessoas a buscarem mais auxílio.

Gostaria de mencionar outros aspectos, mas deixo para o debate, especialmente sobre a busca de ajuda, os mitos que envolvem essas violências, a retirada de Gênero dos Planos de Educação e discutimos de modo acirrado em debate na Câmara Municipal depois da votação. Dava impressão que nenhum vereador(a) sabia da existência do NEGUEM há 23 anos, da ONG SOS Mulher e Família há 18 anos. Afinal não tiveram iniciativa alguma de convidar especialistas para realizar discussão qualificada antes de votarem pela exclusão do termo com suas consequências. Muitas(os) de nós, sentiram-se, ao ter acesso as falas no dia da votação, no período medieval: Igreja X Estado. Estado esse que deveria ser laico, sem direcionamento religioso. No entanto, a prática mostra que há no Congresso Nacional bancada religiosa, militar e ruralista significativas e com poder de influência.

Assim, do ponto de vista de Gênero temos tido retrocessos no país e, em Uberlândia, também. Estamos tentando via Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres e pela ONG SOS Mulher e Família que nele tem assento, reverter essa história que para nós não faz sentido, é inconstitucional, viola tratados nacionais e

internacionais assinados pelo Brasil, os parâmetros curriculares nacionais, viola direitos humanos, e aí concordo com colegas historiadores que não basta reverter isso em Uberlândia e nas cidades que retiraram Gênero dos Planos de Educação. Faz-se necessário punir aqueles(as) que fizeram isso e passaram por cima das leis vigentes. Legislativos deveriam respeitar as leis, promover pessoas e ampliar direitos e quando não faz isso deve que ser denunciado e punido.

Convoco aos presentes nesse Seminário a refletirmos sobre essas possibilidades e darmos encaminhamentos.

Diante todas essas questões, o NEGUEM e as discussões de gênero promove na vida, porque não é só na Educação formal que se transforma. Como professora, depois que retiraram gênero dos Planos de Educação eu inseri Gênero em todas as disciplinas que ministro na graduação e pós graduação e são aproximadamente 12: Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Filosofia, Teoria Política Moderna e Contemporânea, Política Externa Brasileira, Relações Étnico Raciais e Cultura Afro Brasileira, Antropologia Cultural, Sociologia Geral e Jurídica, História das Relações Internacionais, Relações Internacionais Contemporâneas, Violências de Gêneros, Sexualidades e Afetividade, dentre outras.

É na relação cotidiana que se constrói, desconstrói, repensa, reconstrói Gênero. Eu tenho dois meninos, dois filhos, então lá em casa são 3 X 1 (brincadeira). Esposo “que estou pegado” há catorze anos, o Vitor de onze e o Dudu de oito anos. Discutir Gênero sem se aplicar na vida e na prática cotidiana é hipócrita e inócuo. Os meninos brincaram de tudo, porque lugar de homens e mulheres é em todos os lugares, os brinquedos não são neutros do ponto de vista pedagógico. Brincaram de bola para desenvolverem coordenação motora, de pianinho para desenvolverem sensibilidade e as múltiplas inteligências. E também brincaram de boneca e a boneca era negra com vistas à inclusão racial e étnica, a Tatá, trocavam fralda e roupinha dela, punham com carrinho para empurrarem. Está lá a Tatá, a gente não doou, apesar de não brincarem mais com esses brinquedos, devido a idade. Em casa, dividimos tarefas domésticas que são feitas com as mãos e não com as genitálias. Então cada um tem a afazeres, conforme a idade e habilidades. Esposo quem faz supermercado. Não sei o custo de leite e pão. Porém, quando esposo teve hérnia, e tive que ir ao supermercado, sofri,

pois não sabia que marca de arroz que se compra e ligava várias vezes para ele que estava de cama para colher informações com o expert. Portanto, distribuir tarefas por habilidades e competências é a regra em nosso lar. Por exemplo, construímos a nossa casa e acompanhei toda a obra, orcei cada peça, uma vez que não tínhamos recursos para contratar construtor. Além disso, remunerava e negociava com serventes, pedreiros. Possuía mais habilidade para tal e senão a obra que ficou 30% mais cara do que o previsto, ficaria bem mais. O companheiro tem habilidades pra algumas tarefas e eu para outras e dividimos compreendendo não haver funções fixas, naturalizadas, essencializadas dos masculinos e dos femininos.

Essas práticas se dão apesar dos desafios. Em alguns momentos há que ir à escola dos meninos para questionar, com delicadeza, mas assertividade: “professora por que envia dever para casa solicitando assinatura da mãe, ao invés de ser de qualquer cuidador, inclusive o pai?”. Ou será que os filhos são responsabilidade somente das mães? Para xingamentos são “filhos da mãe”. Ainda: “professora porque todo desenho que chega da escola, no material didático ou elaborado pela instituição, a mulher está na cozinha. A cozinha é uma delícia, mas elas também podem estar na sala lendo jornal?”. “Por que meu filho foi advertido por professora que disse não ser atitude de menino empurrar pasta de rodinha de colega com motivo Barbie?”. Então, não é simples diante sociabilidade fora de casa e a desconstrução, no cotidiano. Apesar dos desgastes, creio ser possível.

Nesse sentido afirmo que além de todas essas trajetórias de políticas públicas, de inserção nesses movimentos sociais, é preciso fazer mudanças na vida. Fico com pesar, quando na Universidade Federal de Uberlândia verifica-se a letra da charanga da Engenharia que coloca o feminino enquanto coisa, objeto. Ainda mais com as festas do Curso de Medicina cujos nomes são CirOrgia, DopasMina e, nas peças publicitárias de divulgação, colocam uma mulher arrumadinha e depois ela como se estivesse saindo da festa estuprada, inclusive aumentou mesmo o índice de estupro e assédio sexual depois dessas festas. Recebemos denúncias no SOS Mulher e Família e a Delegacia de Mulheres também.

E por último menciono o cansaço perante hipocrisias, e como não se deve nada a ninguém e não se pertence a partido político, realizamos Pré-Conferência

Municipal dos Direitos das Mulheres e apareceu, na Conferência, um abusador de mulheres. Eu ia olhar, bater palma e falar “oi”, diplomacia que verifiquei por parte de várias pessoas que sabem ser ele abusador. Cutuquei no ombro dele e disse “você está fazendo o que aqui?”. Ele me respondeu, achando que eu só estava perguntando de curiosa. Estava todo mundo no Auditório lotado, como aqui e minha voz sendo alta, não preciso sequer de microfone. Quando ele começou a responder: “eu vim...”, eu o cortei e disse em tom alto para todos ouvirem: “você veio fazer relato de experiência de como abusar de mulheres, violentar mulheres, engravidar mulheres e mandar abortarem?”. O sujeito é padre e com poder político. Obviamente ele foi embora sem dar resposta. E que sirva de aviso para outros.

Muitas de nós, estamos nessas lutas há mais de vinte anos, só de NEGUEM são vinte e três, de SOS dezoito anos. E abusadores compoem mesa para tratar de direitos humanos, vereadores(as) que votaram pela retirada de gênero do Plano Municipal de Educação homenageando as mulheres em datas específicas e discursando por políticas públicas. Sejam coerentes conosco, com o que se faz e com o que acredita.

Estou nessa linha, se sofrer ameaças ou desaparecer, têm noção de alguns porquês.

Obrigada e está sendo prazer e motivo de sentir-me honrada estar com pesquisadoras e doutoras dessa mesa redonda e outras participantes do NEGUEM na plateia, pessoas maravilhosas que conosco têm conseguido com avanços, recuos, mudanças, permanências realizar a função que nos cabe no Núcleo, ou seja, a discussão qualificada das relações de gênero em várias áreas do conhecimento e estender isso juntamente com a comunidade.

#### **Debate com questões e respostas:**

(Cláudia Maia): Meu nome é Cláudia Maia, da Universidade Estadual de Montes Claros e, inicialmente, cumprimento a mesa. Fiquei fazendo as minhas anotações para copiar ideias para levar ao nosso grupo de pesquisa, porque não é muito comum esse retorno como a Cláudia Guerra diz, da Universidade à sociedade. Assim como não é comum essa integração entre sociedade e Universidade que vocês trazem.

Creio que pra além de várias contribuições, vale destacar essa. Cláudia Guerra, a sua fala em si já são muitas emoções. É impossível abrimos a boca te ouvindo falar e suscitou uma série de questões e gostaria que mencionasse um pouco sobre financiamento da ONG, como conseguem recursos para manutenção, como são os atendimentos, que tipo de atendimentos fazem. Realmente não sabia sobre a experiência da Patrulha aqui com policial, acho que Montes Claros foi a 2ª cidade em que foi implantada a Patrulha, e jamais foi comentado(...).

(Cláudia Guerra): Reproduzem o Programa e sem citar pelo menos a fonte, relações de poder e vaidades...Lamentável!

(Cláudia Maia): E a Patrulha, por exemplo, em Montes Claros tem um certo tempo que foi criada, apesar de que ela é um diferencial sim, mas a gente percebe uma série de problemas, como, por exemplo, agressor como parte da Patrulha que fazia atendimento, nem todas as ocorrências são feitas pela Patrulha, e os outros policiais não aceitam registrar denúncia de violência contra a mulher. Então eu queria que você falasse um pouco mais dessa experiência e você disse no final que a Lei Maria da Penha não diminuiu o índice de Femicídio. Existem dados que indiquem que ela poderia ter aumentado o Femicídio, porque eu vi outras pesquisas que apontam pra isso, ou seja, agora como tem punição então vai lá e mata e acaba com a história toda.

(Paula): Eu queria saber se o espaço SOS Mulher e Família é aberto para outras pessoas que não sofreram essa violência, pessoas que estejam interessadas em ajudar como no meu caso. Trabalho com uma mulher que sofreu violência doméstica e ela chegou à empresa comentando isso. Então naquele momento eu me senti muito despreparada para dar esse apoio, essa ajuda.

(Malu): Eu queria que você falasse um pouco da Delegacia da Mulher e o Femicídio, a relação que a gente tem de ser Delegacia da Mulher “sui generis”, porque é não é Cláudia? E o Femicídio também ter saído dessa forma, onde a mulher trans não é considerada na Lei do Femicídio. E quando vocês lidam com isso também, como acontece para vocês que são professoras em outros cursos, como estão sendo ocupados os bancos principalmente de direito que é uma coisa que a gente tem falado muito por alunos e alunas que não são “cis” e heterossexuais. Os

bancos e os cargos públicos também são lugares de poder e eu queria que vocês falassem disso. Por último, só por pesquisa do IPEA a Professora Cláudia Guerra falou de um dado de 26% de pessoas que disseram que a mulher merece ser atacada, um dado muito alto, mas que antes foi divulgado maior ainda e que o responsável por essa pesquisa acusado de ser feminista pediu demissão antes de sair esse novo dado. Então eu queria que você falasse um pouco sobre isso e acho que você deve saber melhor do que eu e foi algo que me incomodou. Sobre o SOS Mulher e Família eu gostaria que vocês falassem um pouco sobre o conceito de família, porque eu acho que ele precisa ser usado por pessoas que entendem a família de outra forma.

(Cláudia Guerra): Ótimas questões, eu queria tratar delas mas não houve tempo.

Com relação às ponderações de Cláudia Mais. Prazer tê-la conosco. A ONG recebe subvenção municipal e para isso depois de um ano de existência ela teve que comprovar que realmente realiza trabalho consistente e com resultados qualitativos e quantitativos, diagnósticos, prontuários. Como historiadora e estando nesses reforço a importância da documentação, modo de arquivamento, registrar tudo, ter diagnósticos, inclusive para solicitar financiamentos. E também para fomento de projetos. A subvenção municipal é escassa, apesar de ter aumentado recentemente para em torno de cento e setenta mil ao ano. Só se consegue contratar cinco profissionais e inicialmente não havia nenhum, eram todos voluntários. Somos uma equipe de aproximadamente trinta a quarenta pessoas, cinco são renumerados(as) e o restante são voluntários e ou estagiários(as). Conseguimos financiamento de projetos, por exemplo pela UNIFEN, BrasilFoundation, Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, ONU, tanto para ações educativas e preventivas, ou pra trabalhos do sistema de plantão da equipe em órgãos da Rede, pra equipar a própria ONG. Fazemos gestão com Deputados Estaduais e Federais no sentido de investirem bem os recursos públicos em emendas parlamentares, nesse tipo de trabalho. Porém, são projetos pontuais. Recurso continuado é fruto da subvenção. Comprova que existe, via Câmara Municipal que entra com projeto para tornar ONG Lei de Utilidade Pública Municipal e, no nosso caso, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho que nos subvenciona. Há supervisão do poder público e há que mostrar resultados, per capita, realizar atendimentos adequados para

poder a subvenção permanecer. Houve alteração recente na legislação de subvenções e parece que logo abrirão editais para concorrermos. Com relação à Patrulha, a PAM matriz foi constituída por nós, em Uberlândia que é pioneira. Belo Horizonte foi a primeira a replicar, mas aos moldes deles, não citaram fonte de inspiração que vieram em Uberlândia para aprenderem como operacionalizar o Programa. Um dia repente eu acesso a internet e está lá “Belo Horizonte é pioneira no Brasil em constituir a patrulha que agora faz abordagem domiciliar com profissionais, com visão de Direitos Humanos, Polícia Comunitária”. Arrepiei, não vejo problema em replicar o que funciona, mas cita a fonte, a história/memória. Nós lançamos em 2003 o Programa PAM e com todo diferencial, porque tinha um Coronel com formação em Direitos Humanos preocupado nessa articulação e em diminuir reincidências pelo 190, de 30% a 45% das ocorrências eram violências domésticas. Dentre os próprios policiais havia preconceito, por parte de alguns, porque falavam que a PAM era “patrulha do amor”. Ou seja, como se fosse serviço menor, mais “light”. Assim como a Delegacia de Mulheres em relação às outras é considerada o lugar que poucos profissionais desejam ser alocados em relação a outros considerados mais nobres. Quando menciona a Lei Maria da Penha sobre a questão dos registros, o Estadão publica o seguinte “De 2001 a 2006 foi verificada uma taxa de 5,28% Femicídios por 100 mil mulheres”, pesquisa do IPEA, praticamente a mesma encontrada em 2007, 2011, que é 5,22%. Portanto, não diminuiu Femicídios e desconheço pesquisas sobre se poderia ter aumentado. O que avalio pela prática da ONG SOS Mulher e Família, dos dados dos atendimentos que são subnotificados, estão sempre abaixo da realidade e boa parte das pessoas que vive o problema sequer busca ajuda. Só há dados de quem buscou ajuda e essa foi registrada. Não há e, no doutorado, estou com desafio de tentar transitar por essa Rede no sentido de ter dados mais reais consolidados da Polícia Militar, Polícia Civil, Delegacia de Mulheres, da Superintendência da Mulher que foi constituída recentemente, do Conselho dos Direitos das Mulher, da Saúde, Pronto-Socorro e do SOS Mulher e Família, pois não há diagnósticos reunidos. Então falo dos dados da ONG, quando a ONG ainda estava com o Programa PAM, o número de prontuários abertos, em 2014, foi de 1.812. Relembro, a maior parte de profissionais voluntários, apenas cinco profissionais

renumerados e maior parte trabalhando meio período. E na ONG, o sujeito passa pelo Atendimento Social, pode ficar no Atendimento Psicológico por várias sessões, talvez um ano dependendo do caso, onde há estratégia de atendimento individual, casal ou grupos, grupos com mulheres, grupos com autores de violência, ou casal. Se ele está ameaçando ela de morte não se põem os dois para terapia de casal. Cada caso é único e tem que ser avaliado e os seus encaminhamentos específicos. Então o número de 1.812 fora o retornos, são os primeiros atendimentos. E há internamente o Serviço Social, Psicológico e Jurídico. Apesar da instituição entender que atendimentos interdisciplinares são diferenciais, algumas pessoas chegam querendo Advogado porque ela está num momento de raiva, ela quer separar, fazer e acontecer, e entendemos que é importante que ela passe pelo Atendimento Social, inclusive para se empoderar, verificar possibilidades de geração de trabalho e renda, inserção em algum programa social, exercitar cidadania, porque às vezes não se separa pela dependência econômica, outras pela dependência emocional. O Atendimento Psicológico é fundamental para auxiliar a levantar a autoestima, pensar possibilidades diferentes de viver relação, permanecendo ou não nela, mas sem violência e quem vai definir o que consegue e em qual tempo é o próprio sujeito. Oportunizamos ferramentas, escuta ativa, não preconceituosa, afim de compreender o sujeito. Algumas vezes sai da instituição e retorna depois. Em 2015 são em torno de 800 atendimentos, na ONG, até agosto. Do ponto de vista qualitativo as zonas de abrangência de maior incidência são as regiões Oeste de Uberlândia, Sul, Central. Bairros de onde busca mais a instituição. Não necessariamente que haja mais ou menos violência neles. Os principais facilitadores dessa violência são o fim do relacionamento. Encontra-se como pano de fundo, as drogas lícitas e ilícitas. Não consideramos a dependência química como causa simplista de violências, senão o sujeito que bebe deveria bater no companheiro do boteco, no chefe da empresa e isso não ocorre. Essa violência é direcionada do ponto de vista de gênero, onde é que vai bater, não é em qualquer pessoa em qualquer lugar. Se prevalecesse a máxima “bate porque bebe”, deveria sair batendo em todos. Entendemos como facilitadoras, potencializadoras das violências, tais práticas. E o público alvo possui a faixa etária de 26 a 45 anos, às vezes de 20 a 35 anos, essa fase reprodutiva, a mulher no mundo

do trabalho. Percebe-se que a mulher no mundo do trabalho, por vezes, incomoda autores de violência. Do ponto de vista de classe social, sabe-se que essa violência atinge todas as classes sociais, mas quem mais busca ajuda nas políticas públicas e nos órgãos de atendimentos governamentais e não governamentais são os menos favorecidos. As classes médias e altas possuem patrimônio, receios de escândalos, status a preservar. No Mestrado, identifiquei que o local de agressão é diferenciado conforme classe social. Enquanto que com mulheres de classes menos favorecida se encontram chutes, pontapés, uso de armas brancas, facas, as classes mais favorecidas usa venenos, armas de fogo. Quanto ao local do corpo, as classes menos favorecidas são preferencialmente atingidas no ventre que possui o simbólico da maternidade. Isso, quando não estão grávidas mesmo. Atingir a vagina. Nas classes médias o alvo parece ser mais o rosto, nariz quebrado, olho roxo, uma vez que a preocupação com a estética é valorizada e produtos de beleza bastante consumidos.

Para finalizar são muitas e importantes questões feitas e estão me sinalizando quanto ao término do tempo. Na tese de doutorado, a relação direta entre cultura, construções de gênero e violência de gênero, fica clara nos depoimentos/entrevistas ou prontuários de pessoas atendidas, dos serviços oferecidos por profissionais da rede de enfrentamento a violência.

A Paula pergunta sobre o SOS e é aberto sim. Anota o site que consta item para interessados em atuar como voluntários(as) nos atendimentos, ou mesmo nas áreas de Comunicação e Administrativa, além do Setor Social, Psicológico e Jurídico. Também para nos auxiliar a angariar recursos com bazares, eventos etc. Precisamos de pessoas que venham fazer a diferença e o site é [www.sosmulherfamiliauberlandia.org.br](http://www.sosmulherfamiliauberlandia.org.br) e abri página no Facebook intitulada *Metamorfose: Educação, Gênero, Violência Afetiva/Conjugal e Familiar*, onde são postadas matérias junto a aproximadamente sete mil seguidores. Um lugar político também de (des)(re)construção e de promoção dos direitos das mulheres e da questão da violência de gênero.

E o ciúmes também, a infidelidade, a intimidação, Cláudia Maia, são facilitadores desse processo de violência nos dados dos prontuários de atendimento do SOS. Então queremos a sua ajuda, Paula.

Malu, a Delegacia de Mulheres, a Lei Maria da Penha atendem as mulheres lésbicas. A Lei avançou na concepção de família. No entanto nem sempre as práticas acompanham a legislação e há, por exemplo, juízes que interpretam a Lei diferentemente. Sobre a Lei contra o Femicídio você tem razão, o projeto original contemplava gênero e o aprovada excluiu as outras possibilidades de orientações sexuais; a bancada religiosa do Congresso só aprovou tirando gênero e colocando o termo sexo, o que faz diferença porque o sexo é ligado ao biológico e à naturalização, e o gênero é construto. Isso foi equívoco, a Presidenta deveria ter vetado no meu ponto de vista e retomado a discussão. E a concepção de família da ONG é de que são configurações plurais, então mãe solteira com filho(a) constitui-se família, pai solteiro com filho(a) é família, casal que adota filhos(as) é família, casal de homossexuais com filhos(as) ou sem filhos(as) é família, criados por avó é família. Família rima com laço afetivo e assim trabalhamos tal concepção.

E quando defendemos a construção da paz, essa não acontece sem conflitos, que permeiam todas as relações. O que não deve haver são violências, crimes e essas denunciemos, acolhemos, atendemos e fazemos acontecer.

#### **Fontes de pesquisa:**

A produção da memória se estabelece numa relação ativa presente e passado e se dá em diferentes circuitos e com vários sentidos de passado disputados em embates constantes. Há que se questionar o que é preservado como memória e o que é descartado pelas instituições analisadas e com quais argumentos, assim como qual a natureza das fontes. O que não é registrado e o porquê. A forma como é registrado. Assim, os documentos revelam versões da realidade e trata-se também de verificar quem tem acesso a eles e como. O que é compartilhado socialmente, o sentido de pertencimento, as relações de poder, o senso de utilidade. Serão utilizadas principalmente fontes primárias e secundárias, em parte abaixo descritas.

#### **Fontes documentais primárias:**

O acesso a toda produção da ONG SOS Mulher Família de Uberlândia (atas, prontuários e tabelas com gráficos de atendimentos, relatórios de grupos de apoio com mulheres em situação de violência doméstica) e do Núcleo de Estudos de Gênero é um facilitador e um desafio o acesso às fontes das outras instituições: Delegacia de Mulheres de Uberlândia(governo do Estado); Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, Núcleo de Apoio à Mulher/Casa Abrigo Travessia da Secretaria de Desenvolvimento e Trabalho, Superintendência da Mulher que substitui o Núcleo de Apoio, vinculada à Secretaria de Governo da Prefeitura de Uberlândia. Abaixo destaque de algumas fontes.

CRUZ, Cláudia Regina da(org). *Relatório de avaliação institucional 360 graus da ONG SOS Ação Mulher Família de Uberlândia*, Uberlândia-MG., 2015.

CRUZ, Cláudia Regina e GUERRA, Cláudia. *Pesquisa nos Prontuários e levantamento de dados sobre violência conjugal e intrafamiliar nos Prontuários de Atendimento da ONG SOS Mulher Família de Uberlândia*, Uberlândia-MG., de 1997 a 2015.

GUERRA *et al.* *Estatuto da ONG SOS Mulher Família de Uberlândia*, revisado e alterado em 2015.

GUERRA *et al.* *Regimento interno da ONG SOS Mulher Família de Uberlândia*, revisado e alterado em 2015.

GUERRA *et al.* *Folders de divulgação Grupos de Apoio Interdisciplinares às Mulheres que Vivenciam Violência Conjugal e Intrafamiliar na SOS Mulher Família de Uberlândia*, Uberlândia-MG., 2001 a 2003 e de 2012.

GUERRA *et al.* *Relatórios dos Grupos de Apoio Interdisciplinares às Mulheres que Vivenciam Violência Conjugal e Intrafamiliar da ONG SOS Mulher Família de Uberlândia*, Uberlândia-MG., 2001 a 2003;

GUERRA; LEMES *et al.* *Guia de orientação e apoio pela não-violência conjugal e intrafamiliar da ONG SOS Ação Mulher Família de Uberlândia*. 4ed. revista e ampliada, Uberlândia-MG., 2015.

Metendo a Colher: a vida recomeça quando a violência termina.[equipe de produção] Cláudia Guerra...[et al.], DIREC/PROEX/PEIC/CEVIO/PROPP da UFU, SOS Ação Mulher Família de Uberlândia, 2007. 2 DVDs-ROM vídeos educativos, (36 min e 20 seg. e reduzido de 8 min.), son., color.

NOVAIS, Gercina S. *Anotações sobre supervisão Grupos de Apoio Interdisciplinares às Mulheres que Vivenciam Violência Conjugal e Intrafamiliar na ONG SOS Mulher Família de Uberlândia*, Uberlândia-MG., 2001 a 2003.

PAM. *Planilha com fechamento anual, com dados de atendimentos da PAM “Patrulha de Atendimento Multidisciplinar”*, Uberlândia-MG., 2006 a 2015.

PAM. *Folder de divulgação da PAM “Patrulha de Atendimento Multidisciplinar”*, Uberlândia-MG., 2015.

PAM – Patrulha de Atendimento Multidisciplinar. *Regimento Interno*. Uberlândia, revisto e atualizado, 2015.

PEREIRA, Natália de F. *et al.* *Relatório de avaliação institucional junto a usuárias (as) da ONG SOS Ação Mulher Família de Uberlândia*, Uberlândia-MG., de 2010 a 2015.

Por que Ela Simplesmente Não Vai Embora?/[equipe de produção] Gercina Santana Novais...[et al.]. Uberlândia, ESAMC, 2010. 1DVD-ROM vídeo educativo, (8min.43seg.), son., color.

SOS Ação Mulher Família de Uberlândia. *Recomendações para uma atuação profissional, qualificada e ética em atendimentos à violência conjugal no SOS Mulher Família e violência intrafamiliar na Patrulha de Atendimento Multidisciplinar “PAM”*, Uberlândia-MG., com alterações em 2015.

SOS Ação Mulher Família de Uberlândia. *Atas de reuniões internas e externas de 1997 a 2015*.

SOS Ação Mulher Família de Uberlândia. *Prontuários de atendimentos e encaminhamentos de 1997 a 2015*.

SOS Ação Mulher Família de Uberlândia. *Protocolos de atendimentos de 1997 a 2015*.

SOS Ação Mulher Família de Uberlândia. *Projetos aprovados, relatórios e outros registros de 1997 a 2015*.

SOS Ação Mulher Família de Uberlândia. *Folder de divulgação da ONG SOS Mulher Família de Uberlândia*, Uberlândia-MG., revisto 2015.

SOS Ação Mulher Família de Uberlândia. *Planejamento estratégico da ONG SOS Mulher Família de Uberlândia*, Uberlândia-MG., 1998 a 2015.

SOS Ação Mulher Família de Uberlândia. *Procedimentos para receber novatos no SOS Mulher Família de Uberlândia*, Uberlândia-MG., 2008 com ajustes em 2015.

SOS Ação Mulher Família de Uberlândia. *Relatórios mensais, trimestrais e anuais de atividades da ONG SOS Mulher Família de Uberlândia*, Uberlândia-MG., 2004 a 2015.

SOS Ação Mulher Família. *Análise qualitativa e quantitativa de pesquisas nos prontuários de Atendimento do SOS Mulher Família de Uberlândia*, Uberlândia-MG., de 1997 a 2015.

SOS Ação Mulher Família. *Declarações institucionais da ONG SOS Mulher Família de Uberlândia*, Uberlândia-MG., 2011.

[www.sosmulherfamiliauberlandia.org.br](http://www.sosmulherfamiliauberlandia.org.br) (site da ONG SOS Ação Mulher Família de Uberlândia, em construção).

## Referências

### Documentos oficiais

Tratados, Declarações, Pactos, Legislação, Planos de Ação e **Convenções nacionais e internacionais assinados pelo Brasil**, visando a proteção aos Direitos Humanos, igualdade de gênero e a implantação de políticas públicas: Conferência Mundial sobre a Mulher (México, 1975); Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher(ONU/1979); Conferência Mundial de Copenhague (1980); Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher-CEDAW(parcial em 1984 e total em 1994) e seu protocolo facultativo (2002); Conferência Mundial Nairobi (1985); Conferência dos Direitos Humanos em Viena (1993), Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher(1993) e IV Conferência Mundial sobre a Mulher/Plataforma de Ação (Beijing, 1995); Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher/Convenção de Belém do Pará (1995). Além da Constituição Federal (art.226, §8º-), Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres(2007) e Plano Nacional de Políticas para as Mulheres(2013-2015).

ACADEMIA DA POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS. *Anuários*, 1988, 1991 e 1992. Dados sobre a mulher, vítima nas ocorrências de Crimes contra a Pessoa e Contra os Costumes.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. *Relatório Final da Comissão Especial* para proceder estudos que permitam a avaliação da real extensão do problema da violência perpetrada contra a mulher no Estado de Minas Gerais, 1995.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS Relatório final da comissão da Assembleia Legislativa de Minas Gerais sobre Violência Contra a Mulher, 2012.

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde– Brasília: Ministério da Saúde, 2003.*

\_\_\_\_\_. Lei n.11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do Art. 226 da Constituição Federal e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)>. Acesso em: 14. set. 2010.

BRASIL. Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003 estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. (alterada pela lei nº 12.288/20.07.2010)

CONGRESSO NACIONAL. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, destinado a investigar a questão da violência contra a mulher. (Relator: Dep. Etevaldo G. de Menezes), Brasília-DF, 1993.

FÓRUM ABELARDO PENNA DE UBERLÂNDIA-MG. *Processos Crimes*, 1980 a 1994. Crimes de homens x mulheres, principalmente lesões corporais, estupro e tentativa, sedução e corrupção de menores, ameaça, homicídio e tentativa, atentado violento ao pudor e atentado ao pudor mediante fraude e ato obsceno.

FÓRUM ABELARDO PENNA DE UBERLÂNDIA-MG. *Processos Crimes*, 1980 a 1994. Crimes de mulheres x homens, principalmente lesões corporais, homicídio e tentativa, incêndio, maus tratos, ameaça e perigo de vida.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Anuários estatísticos*, 1980 a 1993. Demografia, população ativa, justiça e segurança pública, principalmente dados sobre a participação político-social – justiça e vitimização de 1988.

JESUS, Damásio E. de, (1935). *Direito Penal*. São Paulo: Saraiva, 1994, v.3 – Parte especial.

## **Documentos elaborados por organizações governamentais e não governamentais femininas**

ASSESSORIA DOS DIREITOS DA MULHER. Projeto direitos da mulher e Nós e a violência. Prefeitura de Santo André, 1992.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Enfrentando a Violência contra a Mulher: Orientações práticas para profissionais e voluntários(as). Org. Bárbara M. Soares – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. 64p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Diretrizes Nacionais para Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011. 44p.

CASA de Cultura da Mulher Negra. *Violência contra a mulher: um novo olhar. Modelos de Protocolos e Capacitação sobre Violência Doméstica para os Serviços de Saúde e Anais do Seminário Nacional “Saúde, Mulher e Violência Intrafamiliar”*. 1 ed., Santos, SP, 2001.

CARREIRA, Denise & PANDJIARJIAN, Valéria. Vem Pra roda! Vem pra rede!: *Guia de apoio à construção de redes de serviços para o enfrentamento da violência contra a mulher*. São Paulo, Rede Mulher de Educação, 2003.

CENTRO DE INFORMAÇÃO DA MULHER. *Boletim do CIM* –, n.14, São Paulo: jan./95.

CFEMEA. Projeto direitos da mulher na lei e na vida. *Cfemea 1* (1), Brasília-DF, mai., 1992.

CFEMEA. Projeto direitos da mulher na lei e na vida. *Cfemea*(2), Brasília-DF, jul., 1992.

COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES DA LESTE II. Basta de violência contra as mulheres. São Paulo: 1990.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. *Relatório do I Encontro Nacional de Delegadas Lotadas em Delegacias de Defesa da Mulher*. Violência contra a mulher. Brasília-DF, 1986.

CONSELHO ESTADUAL DA MULHER DE MINAS GERAIS. *IV Conferência Mundial da Mulher - declaração de Beijing, 1995* (síntese). Belo Horizonte, ago./96.

CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA DO PARANÁ. Guia da mulher contra a violência. Série *Cadernos da mulher* (1): 1-36, Curitiba, 1991.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. Guia de defesa das mulheres contra a violência. S/d.

COORDENAÇÃO MUNICIPAL DA MULHER. Violência: tô de olho em você. Pesquisa e textos de Marta Baião. Prefeitura Municipal de Diadema. São Paulo: Casa Beth Lobo, 1993. (Cartilha).

DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA MULHER E ESPECIALIZADA DE MENORES. *Boletins de Ocorrência*. Uberlândia-MG, 1990 a 1994. Alguns dados de 1995 a 1997.

DINIZ, Simone G. (coord.) *Violência no relacionamento amoroso (1). Violência sexual: uma questão de saúde e direitos humanos(2)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Imesp, Gestão Pref. Erundina. (Cartilhas).

HUMAN RIGHTS WATCH. *Relatório sobre direitos humanos da mulher*, 1992 a 1996.

OEA. Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. *Convenção de Belém do Pará*, Brasil, Cladem, São Paulo: 1994.

PIMENTEL, S. & PIERRO, M. I. V. *Proposta de lei contra a violência familiar*. Brasília-DF: 1993.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL. Mulher: da opressão à organização. *Programa de defesa dos direitos da mulher*. Uberlândia-MG. Gestão Zaire Rezende, s/d.

SOF(Sempre Viva Organização Feminina). Não à violência contra as mulheres. São Paulo: 1992.

SOF. Nossos corpos, nossas vidas. 8 de Março - Dia Internacional da Mulher. São Paulo: 1991.

UNIÃO DE MULHERES DE SÃO PAULO. A violência contra a mulher e a impunidade: uma questão política, 1995.

## **Imprensa e redes sociais digitais**

IMPRESA LOCAL E REGIONAL, DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL *.Artigos*, principalmente de 1979 a 1994: jornais A Notícia(1979 a 1990), Primeira Hora(1982 a 1988), Correio de Uberlândia/Correio do Triângulo/Correio(1980 a 1994) - este jornal sofreu alterações no nome e na sua área de abrangência, nesse período -, O Triângulo(1985 a 1994). Dos 2.384 artigos copilados, 1.200 são relacionados explicitamente a relações de violência. Muito pouco desse material foi utilizado no Mestrado, podendo ser aproveitado no doutorado. E artigos esporádicos de jornais e revistas locais, regionais e nacionais de 1994 a 1997, já catalogados. Boa parte encontra-se diluído em partes como Cidades e nas páginas policiais.

REPORTAGENS de alguns jornais e revistas do período de 1997 a 2015, a serem coletadas.

## **Processos Crimes do Fórum Abelardo Penna**

Dos 5.000 processos crimes pesquisados de 1980 a 1994 no Mestrado, 687 foram selecionados na perspectiva de gênero e talvez os resultados possam ser aproveitados também no doutorado.

## **Entrevistas**

ENTREVISTAS realizadas com pessoas que vivenciam relações violentas e com pessoas ligadas a instituições/órgãos afins ou a movimentos femininos, de 1991 a 1997: delegada da Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher – mar./1991; psicóloga, coordenadora da Seção de Apoio e Defesa dos Direitos da Mulher, da Prefeitura Municipal de Uberlândia – mai./91; feminista, psicóloga, bióloga, professora e ex-presidente e uma das fundadoras do PT de Uberlândia e do Grupo de Mulheres do Partido – set./92; feminista, socióloga, ex-vereadora em Uberlândia pelo PMDB e pelo PCB, atual PPS. Auxiliou a fundar a Associação de Mulheres de Uberlândia, em 1988 – abr./91; militante comunista do antigo PCB, atual PPS. Ajudou a fundar a Organização Feminina de Uberlândia, na década de 40 – mai./91; G. feminista, morou anos em Uberlândia, militante do PT de São Paulo e do Sempreviva Organização Feminina. Participante da União de Mulheres de São Paulo – jun./91; coordenadora do Grupo de Mulheres União e Consciência Negra de Uberlândia – set./92; feminista, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Uberlândia, militante e ex-presidente do PT – out./92; vereadora por duas vezes consecutivas pelo PC do B e PMDB, repórter fotográfica – out./92; Clube de Mães do Bairro Segismundo Pereira – out./92; do lar, branca, casada, 2º- grau completo – out./92; do lar, casada, branca, empregada doméstica – out./92; esteticista, branca, separada, 38 anos, dois filhos, 2º- grau completo, vive violência conjugal – out./96; empregada doméstica, negra, solteira, 34 anos, seis filhos, 1º- grau incompleto, vive violência conjugal – abr./97; cabeleireira, branca, separada, 30 anos, três filhos, 1º- grau incompleto, vive violência conjugal – abr./97. Essas já foram realizadas durante a pesquisa do Mestrado e poucas utilizadas e mesmo que alguns sujeitos não estejam mais em instituições temos suas representações registradas.

ENTREVISTAS realizadas a partir de 2014 com representantes e pessoas atendidas nas instituições: Delegacia de Atendimento a Mulheres de Uberlândia, criada em 1988; do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia, criado em 1992; da ONG SOS Ação Mulher Família de Uberlândia, criada em 1997 e do seu programa PAM “Patrulha de Atendimento Multidisciplinar”, uma parceria entre a ONG SOS Mulher Família, a política militar, a prefeitura e a Universidade Federal, criado em 2006; do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, constituído em 1998; da Divisão dos Direitos da Mulher e Políticas de Gênero/Atual Núcleo de Apoio à Mulher, criado em 2012 e da Casa Abrigo Travessia (para mulheres e filhos/as menores em risco pela violência intrafamiliar criada em 2002) da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho da Prefeitura Municipal de Uberlândia e Superintendência da Mulher, vinculada à Secretaria de Governo, constituída em 2013/2014 pela Prefeitura.

## Questionários

QUESTIONÁRIOS breves sobre violência conjugal, respondidos oralmente por mulheres em espaços públicos, no período de 1994 a 1995, já diagnosticados na ocasião do Mestrado.

QUESTIONÁRIOS, sob orientação de roteiro previamente elaborado, feitos com representantes e atores (atrizes) da rede de enfrentamento à violência conjugal e intrafamiliar, em Uberlândia, em 2013.

## Informações orais

GRAVAÇÕES e transcrições de palestras e mesa-redonda sobre a temática, de 1995 a 1997: Mesa-Redonda *Violência contra a mulher*, na Câmara Municipal de Uberlândia, em mar./95, com as palestrantes Gláucia Matos e Adriana Couto (já citadas) e Vera Puga (historiadora da Universidade Federal de Uberlândia que concluiu doutorado na USP sobre o tema *Paixão, sedução e violência*); palestra *Violência contra a mulher*, na Câmara Municipal de Uberlândia, em out./95, com as palestrantes Jô Morais (feminista da União Brasileira de Mulheres) e Adriana Couto (já citada) e palestra *Violência contra a mulher e a mulher na sociedade*, na Câmara Municipal de Uberlândia, em mar./97, com a palestrante Adriana Couto (já citada). Essas já foram feitas na época do Mestrado.

GRAVAÇÕES e transcrições com profissionais e usuárias(as) dos serviços das instituições pesquisadas a partir de 2013.

## Bibliográficas

ADAMS, Caren & FAY, Jennifer. *O FIM DO PESADELO* – recuperando-se da violência sexual. Trad. de Carlos M. Rosa. São Paulo: Summus, 2000.

ADLER, Laure. A noite de núpcias, ou o horror da violação legítima; O adultério, os voluptuosos estremecimentos da carne. In: *Segredos de alcova (história do casal) 1850-1930*. Portugal: Terramar, 1983, p.35-74 e p.149-206.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo?; O que é o contemporâneo? In: *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009.

\_\_\_\_\_. O autor como gesto; Elogio da profanação. In: *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007. p.55-79.

ALAMBER, Zuleika. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986.

ALBANO, Celina & MONTEIRO, Paula. Anatomia da violência. In: MADEL, L. T. (Org.) *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

ALMEIDA, Suely de Souza (org.). *Violência de gênero e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

ALVES, Branca M. & PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. 4ed., São Paulo: Brasiliense, 1984. (Col. Primeiros Passos).

ARDAILLON, D. & DEBERT, G. G. *Quando a vítima é mulher* – análise de julgamento de crimes de estupro, espancamento e homicídio. Brasília: CNDM, 1987.

ARENDRT, h. *Eichman em Jerusalem: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. José R. Siqueira. Cia das Letras, 1999.

- ARIÈS, Philippe & BEJIN, André (Orgs.). *Sexualidades ocidentais*. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*, 2 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- AZEVEDO, M. Amélia de et al. *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985.
- \_\_\_\_\_. & MELO, Mônica de. *Violência contra a mulher*. S.P.: Brasiliense, 2002.
- BADINTER, Elisabeth. *Um é o outro*. Relações entre homens e mulheres. 2 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BADINTER, Elisabeth. *XY - Sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BARBIERI, Teresita de. Sobre la categoria género. Una introdución teórico-metodológica. PRODIR(Org.). *Conferência sobre direitos reprodutivos*. São Paulo: 1990, p.25-45.
- BAREMBLITT, Gregório (Org.). *Grupos: teoria e técnica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- BARROSO, Carmem. *Mulher, sociedade e estado no Brasil*. Unicef. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BARSTED, Leila de A. L. *Violência contra a mulher e cidadania*. Uma avaliação das políticas públicas. Rio de Janeiro: Cepia, 1994.
- BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. (Trad. Hortência dos Santos), 5 ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.
- BASSANEZI, Carla. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal(1945-1964). *Cadernos Pagu* (1): 111-48, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1993.
- \_\_\_\_\_. Apresentação. *Cadernos Pagu* (3): 7-10, Núcleo de Estudos de Gênero, Campinas: Unicamp, 1994.
- BAUMAN, Zygmunt. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Jorge Zahar Editor, 2003.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 5 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, vol.I e II.
- BENEVIDES, M. Victoria.. *Violência, povo e polícia*. (Violência urbana no cotidiano de imprensa). São Paulo: Brasiliense/Cedec, 1983.
- BENJAMIN, W. Crítica da violência – crítica do poder. In: BOLE, W.(Org.). *Documento de cultura, documento de barbárie*. São Paulo: Cultrix, 1986.
- BESSA, Karla A. M. *Jogos de sedução: práticas amorosas e práticas jurídicas*. Uberlândia, 1950 a 1970. Campinas: Unicamp, 1994, mimeo.(Dissertação, Mestrado).

- BESSA, Karla A. M. O crime de sedução e as relações de gênero. *Cadernos Pagu* (2): 175-96, Núcleo de Estudos de Gênero, Campinas: Unicamp, 1994.
- BLAY, Eva (Coord.). Relações sociais de gênero x relações de sexo. *Dep. Sociologia/Pós-graduação/ Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero*, São Paulo: USP, 1989.
- BOFF, Adriane de M. Histórias de (des)samores no “namoro no rádio”: afetos e narrativas. *Cadernos Pagu* (3): 165-96, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1994.
- BOURDIEU, P. *Poder simbólico*. Lisboa: Difel., 1989.
- BOURDIEU. *A dominação masculina*. Trad. Maria H. Kühner Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRESCIANI, Maria S. O anjo da casa. *Dep. de História do IFCH*, Campinas: Unicamp, 1991, mimeo.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*. São Paulo: Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.
- BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar, 3 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 236p.
- CASA de Cultura da Mulher Negra. *Violência contra a mulher: um novo olhar. Modelos de Protocolos e Capacitação sobre Violência Doméstica para os Serviços de Saúde e Anais do Seminário Nacional “Saúde, Mulher e Violência Intrafamiliar”*. 1 ed., Santos, SP., 2001.
- CAVALCANTE, Mourão. *O ciúme patológico*. Rio de Janeiro: Artes e Contos, 1994.
- CAVALCANTI, Meire. Interdisciplinaridade – um avanço na educação. In: *Revista Escola*. p.52-55, Ago. 2004.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural – entre práticas e representações. Memória e sociedade*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1988.
- \_\_\_\_\_, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. (Nota crítica). *Cadernos Pagu* (4): 37-47, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. *Repressão sexual. Essa nossa (des)conhecida*. 9 ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Conformismo e resistência – aspectos da cultura popular no Brasil*. 2 ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Cultura e democracia – o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1989.
- \_\_\_\_\_, Marilena. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. VÁRIAS AUTORAS. *Perspectivas antropológicas da mulher* (4): 23-62, Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

\_\_\_\_\_. Mãe, Mulher ou Pessoa. *Revista Lua Nova* 1(1): 35-40, São Paulo: Brasiliense, abr./jun., 1984.

CONTRERAS, M. D. R. R. *La paz empieza por casa... empieza la paz por casa*. Diagnóstico de violência doméstica en bucaramanga y cartilha de reflexion sobre prevencion de violencia intrafamiliar para funcionarios(as) y agentes educativos. Alcaldia de Bucaramanga, Secretaria de Desarrollo Social, Fundación Mujer y Futuro. Bucaramanga:1996.

CORRÊA, Marisa. *Morte em família*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

\_\_\_\_\_, Marisa. Apresentação. *Cadernos Pagu* (2): 5 e 6, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1994.

COSTA, Cláudia L. O leito de procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas. *Cadernos Pagu* (2): 141-74, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1994.

CRUZ, Heloisa et al. Introdução. In: *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olhos D'Água, 2006, p.9-21.

DELEUZE, Gilles. As estratégias ou o não estratificado: o pensamento do lado de fora (poder). In: \_\_\_\_\_. *Foucault*. (Trad. Cláudia S. Martins). São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. Os estratos ou formações históricas: o visível e o enunciável (saber). [1986] *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005. p.57-77.

DIAS, M. Odila L. da S. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica do cotidiano. In: C., Albertina de O. & BRUSCHINI, C. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p.39-53.

DIMENSTEIN, G. Violência contra a mulher. In: \_\_\_\_\_. *Democracia em pedaços*. Direitos humanos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.207-46.

DÓRIA, Carlos A. A Tradição Honrada. *Cadernos Pagu* (2): 47-112, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1994.

ELUF, Maria Luiza. *A paixão no banco dos réus*. São Paulo: Saraiva, 2002.

FALCÓN, Lúcia. *Violencia contra la mujer*. Barcelona: Círculo de Lectores, 1991.

FAUSTO, B. *Crime e cotidiano*. A criminalidade em São Paulo:1880/1924. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FAZENDA, Ivani C. Construindo aspectos teórico-metodológicos da pesquisa sobre interdisciplinaridade. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Dicionário em construção – interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 13-29.

FEIGUIN, D.; BORDINI, E. T. B.; MEDRADO, M. A. & PATERNOSTRO, M. E. *Um retrato da violência contra a mulher: 2038 boletins de ocorrência*. Fundação Seade, São Paulo: Seade/CECF, 1987.

- FEIGUIN, D. & BORDINI, E. B. T. Reflexões sobre a violência contra a mulher. *Revista da Fundação Seade 1(2)*, São Paulo, 1987.
- FENELON, Déa Ribeiro et al. Muitas memórias, outras históricas. In: *Introdução. Muitas memórias, outras histórias*: São Paulo: Olho D'Água, 2004, p.5-13.
- FERRARI, Dalka C.A. & VECINA, Tereza C.C.(orgs). *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora, 2002, 330p.
- FERREIRA, Aurélio B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, Luciana da silva; ESMAEL, Mariane Gonçalves. *Violência Doméstica: Um Crime Contra a Mulher no Espaço Casa/Lar*. Universidade Federal do Rio de Janeiro; Centro de filosofia e Ciências Humanas; Escola de Serviço Social; Rio de Janeiro, 2005.
- FERREIRA-SANTOS, Eduardo. *Ciúme – o medo da perda*. São Paulo: Ática, 1998.
- FLAX, Jane. Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. In: \_\_\_\_\_ *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p.217-50.
- FONTES, Joaquim B. Imagens de Safo. *Cadernos Pagu (2)*: 113-40, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. (Org. e Trad. Roberto Machado). 8 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- \_\_\_\_\_. O cuidado com a verdade. (Entrevista a Ewald). In: *O Dossier*. Rio de Janeiro: Taurus, 1984.
- \_\_\_\_\_. *La verdad y las formas jurídicas*. Barcelona: Gedisa, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade I – a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade II – o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- \_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, s/d.
- \_\_\_\_\_. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. 5 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- \_\_\_\_\_. Aula de 17 de março de 1976. In: *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). Trad. De Maria Ermantina Galvão, Martins Fontes: São Paulo, 1999. Coleção Tópicos, p.285 a 315.
- \_\_\_\_\_. (1926-1984). “A ética do cuidado de si como prática da liberdade”. In: *Ética, Sexualidade, Política. Foucault. Ditos e escritos* (org. e seleção de textos Manoel Barros de Mota; trad. Elisa Monteiro e Inês Dourado) 2, 1976-1988, São Paulo: Forense Universitária, 2004.
- FREIRE, Roberto & BRITO, Fausto. *Utopia e paixão*. A política do cotidiano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

- GABEIRA, Fernando. *Sinais de vida no planeta Minas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GENDRON, Colette. Violência e assédio sexual. *Revista Estudos Feministas*2(2): 463-72, 2º- sem./94.
- GERDEN, Mary McCanney. *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. (Trad. Ângela Melim). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, Edunb, 1993.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Trad. De Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, 228p.
- GOLEMAN, Daniel. Inimigos íntimos; o cadinho familiar; trauma e reaprendizagem emocional; temperamento não é destino. In: \_\_\_\_\_. *Inteligência emocional*. A teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. 17 ed., Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995, p.143-61 e 203-46.
- GOMÁRIZ, Enrique. Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. *Isis internacional* (17): 83-110, Ediciones de las Mujeres, 1992.
- GREGORI, Maria F. *Cenas e queixas*. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: Anpocs, 1993.
- \_\_\_\_\_, M. Filomena. As desventuras do vitimismo. *Revista Estudos Feministas* (1): 143-9, CIEC/ECO/UFRJ, 1993.
- GROSSI, Miriam P. De Ângela Diniz a Daniela Perez: a trajetória da impunidade. *Revista Estudos Feministas* (1): 166-8, CIEC/ECO/UFRJ, 1993.
- \_\_\_\_\_. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas* 2(2):473-83, 2º- sem./94.
- GRUPO Memória Popular. Memória popular: teoria, política, método. Trad. Helen Hughes e Yara Aun Khoury. In: *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Editora Olhos D'Água, 2000, p.282-295.
- GUERRA, Cláudia Costa. *Descortinando o poder e a violência nas relações de gênero: Uberlândia (1980-1995)*, 1998, 203 f. Dissertação (Mestrado em História), USP, São Paulo, 1998.
- GUERRA, Cláudia C. Todo dia ela faz tudo sempre igual? *Caderno Espaço Feminino* (1):91-103, jan./jun./1994, Uberlândia: Neguem/CDHIS/Universidade Federal de Uberlândia: Edufu.
- \_\_\_\_\_. As várias faces da violência contra a mulher – você dorme com o inimigo? VÁRIOS AUTORES. *Boletim do Núcleo de Estudos de 2º- sem./93*.
- \_\_\_\_\_. Violência doméstica e o S.O.S. Mulher/Família de Uberlândia: análise e perspectivas. *Boletim do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher*, Uberlândia: Neguem/CDHIS/Edufu,1997, 2º- sem./97, p.7.

\_\_\_\_\_. Ei Tá Violência Conjugal e Familiar Nossa de Cada Dia: dados levantados nos prontuários do SOS Mulher Família de Uberlândia. *Gênero em Pesquisa* (UFU)., v.15, p.4 - 4, 2000.

\_\_\_\_\_. Breves Considerações sobre a Violência Conjugal. *Gênero em Pesquisa* (UFU). , v.12, p.4, 1998.

\_\_\_\_\_. Violência e Poder nas Relações de Gênero - As Cenas. *Caderno Espaço Feminino* (UFU). , v.4, p.4 e 5 - 27, 1998.

\_\_\_\_\_. Violência Doméstica e o SOS Mulher Família de Uberlândia: análise e perspectivas. *Gênero em Pesquisa* (UFU). , v.10, p.7 - 9, 1997.

\_\_\_\_\_. Poder e Violência nas Relações Homem e Mulher. *Gênero em Pesquisa* (UFU). , v.8, p.4 - 4, 1996.

\_\_\_\_\_. Uma das faces da violência contra a mulher - Você dorme com o inimigo?. *Boletim do Cdhis.* , v.1, p.01 - 03, 1993.

\_\_\_\_\_. Relacionamento e sexualidade: laços de poder ou afetividade? Avanços e retrocessos. *Boletim da Coordenação do Curso de História.* , p.02 - 04, 1989.

\_\_\_\_\_. Menino Brinca de Boneca e Menina de Carrinho. *Revista Educação Popular*, Uberlândia, v. 6, p.137-142. jan./dez. 2007, p.136-142.

GUERRA, Cláudia Costa, Gercina Santana Novais, Gabriella Jeremias Soares, Marcela Novais Medeiros. A sala de espera como local de acolhimento interdisciplinar a vítimas de violência conjugal. *Caderno Espaço Feminino* (UFU). , v.17, p.375 - 391, 2007.

GUERRA, Cláudia Costa, LEMOS, Viviane de Souza. Levantamento de dados sobre a violência conjugal e intrafamiliar no SOS Mulher Família de Uberlândia - Janeiro a Dezembro de 2005. *Caderno Espaço Feminino* (UFU). , v.15, p.245 - 262, 2006.

GUERRA, Cláudia Costa, LEMOS, Viviane de Souza. Levantamento Parcial de Dados sobre Violência Conjugal e Familiar na ONG SOS Mulher Família de Uberlândia. *Gênero em Pesquisa* (UFU). , v.10, p.35 - 45, 2002.

GUERRA, Cláudia; NOVAIS, Gercina S. & VIEIRA, Analúcia M. (Orgs). *Da lagarta à borboleta: pesquisas e intervenções em violência intrafamiliar* – Uberlândia: Editora Hebrom, 2012. 202p.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5): 7-41, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1995.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas* (1): 7-32, CIEC/ECO/UFRJ, 1993.

HOGGART, Richard. Prefácio; Quem são as classes trabalhadoras?; As paisagens e suas figuras – um cenário. In: *As Utilizações da Cultura I*. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Trad. Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença LDA, 1973, p-9-86.

HOGGART, Richard. O Deslascar das molas da ação (itens A e B); A nova arte de massas: o sexo em embalagens vistosas. *As Utilizações da Cultura 2*. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Trad. Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença LDA, 1973, p.9-20; 103-136.

HUNT, Lynn.(Org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

INÁCIO, Paulo Cesar (Campus Avançado de Catalão-UFG). Cap, 3. O pão nosso de cada dia, o salário a cada mês: fazendo a cidade outra vez. In: O desafio da interpretação das memórias de trabalhadores, nos movimentos de identificação do passado enquanto direito ao presente. Tese de doutorado, UFU, s/d. e oficina ministrada em 10/07/2013.

JELIN, Elisabeth. Mulheres e Direitos Humanos. *Revista Estudos Feministas* 2(3): 117-49, CIEC/UFRJ, Rio de Janeiro: 1994.

KOFES, Suely. Categorias analítica e empírica: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações. *Cadernos Pagu* (1): 19-30, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. *Cadernos Pagu* (3): 117-42, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1994.

LAMEGO, Valéria. A desonra de uma sociedade patriarcal. *Revista Estudos Feministas* (1): 152-4, CIEC/ECO/UFRJ, 1993.

LANGARO, Jiane Fernando. Histórias e linguagens: memórias públicas e olhares de trabalhadores sobre o passado de Toledo-PR(1950-2010). Apresentação e cap. V da Tese de Doutorado, PUC-SP, 2012. Texto impresso e oficina ministrada em 03/07/2013.

LANGDON, E. Jean. O dito e o não-dito: reflexões sobre narrativas que famílias não contam. *Revista Estudos Feministas* (1): 155-8, CIEC/ECO/UFRJ, 1993.

LANGLEY, R.& LEVY, C. *Mulheres espancadas – fenômeno invisível*. 2ed., São Paulo: Hucitec, 1980.

LARRAURI, Elena (Comp.). *Mujeres, derecho penal y criminologia*. Madri: Siglo XXI de Espana, 1994.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. HOLLANDA, H.B. de (Org.). *Tendências e impasses - o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEITE, Miriam M. Fontes históricas – estilo acadêmico. *Revista Estudos Feministas* (1): 83-95, CIEC/ECO/UFRJ, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *La Presencia y la ausencia contribución a la teoria de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LE GOFF, Jacques (Org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LISBOA, M. A arte da sedução; CORRÊA, M. Bolero de machão só se canta na prisão; CORREIA, R. As mulheres se defendem. *Revista Lua Nova* 2(4), São Paulo: Brasiliense, jan./mar., 1986.

LOBO, Elisabeth S. Experiências de mulheres. Destinos de gênero. *Revista Tempo Social* (1): 169-82, São Paulo: USP, 1º- sem./1989.

\_\_\_\_\_. Os usos do gênero. *Seminário sobre relações de sexo/relações de gênero*. Dep. Sociologia, São Paulo: USP, 1987.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, sexualidade e estupro - as construções da virilidade. *Cadernos Pagu* (11)1998 - Trajetórias de Gênero, Masculinidades..., p. 231-273.

MACHADO, Maria C. T. Muito aquém do paraíso. Ordem e disciplina em Uberlândia. *Revista História e Perspectivas* (4):37-48. Uberlândia: Edufu, jan./jun. de 1991.

\_\_\_\_\_. História oral: uma co-produção responsável. *Caderno Espaço Feminino* (3): 25-34, jan./dez./96. Uberlândia: Neguem/CDHIS/Edufu.

MALDONADO, M. Cristina. Relaciones de dominación en la familia; M., Gilma A. B. El maltrato a la esposa o el derecho a castigar(Palmira 1858-1875). In: CASTELLANOS et al (Orgs.). *Discurso, genero e mujer*. Santiago de Cali: Facultad de Humanidades, Universidad del Valle, Centro de Estudios de Genero, Mujer y Sociedad, 1994.

MATARAZZO, Maria Helena. *Encontros, desencontros e reencontros*. São Paulo: Gente, 1996.

MATOS, Maria Izilda S. de. História das mulheres e gênero: usos e perspectivas. *Caderno Espaço Feminino* (3): 35-50, jan./dez./96. Uberlândia: Neguem/CDHIS/Edufu.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais. *Revista de Cultura e Política Lua Nova* (17), São Paulo: jun., 1989.

MILLER, Mary Susan. *FERIDAS INVISÍVEIS* – abuso não-físico contra mulheres. Trad. de Denise M. Bolanho. São Paulo, Summus, 1999.

NIETZSCHE, F. *Além do bem e do mal*. Prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. *Genealogia da moral*. (Trad. Paulo C. Souza). 2 ed., São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p.51-60.

\_\_\_\_\_. Crepúsculo dos Ídolos. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p.338-52.

\_\_\_\_\_. *Ecce homo*. São Paulo: Max Limonad, 1985.

- NUN, José. A rebelião do coro. *Revista Desvios* (2). (Trad. Antônio C. Guimarães). São Paulo: ago, 1983.
- ODÁLIA, Nilo. *O que é violência*. 6 ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.
- OLIVEIRA, Carlos A(UESC, Ilheus-BA). Memórias de Estivadores. Imagens, Estigmas e Representações. Texto em PDF, s/d. e oficina ministrada em 26/06/3013.
- OLIVEIRA, Eleonora M. de & VIANA, L. A. C. Violência conjugal na gravidez. *Revista Estudos Feministas* (1): 162-5, CIEC/ECO/UFRJ, 1993.
- OLIVEIRA, Rosiska D. et al. *A violência doméstica*. Rio Janeiro: Marco Zero, 1984. (Os Direitos da Mulher).
- PAIVA, Vera. *Evas, marias, liliths... As voltas do feminino*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PAOLI, M. Célia. As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão de gênero. *Cadernos Cebrap* (31): 107-20, out., 1991.
- \_\_\_\_\_. As ciências sociais e a questão do gênero no contexto da cultura contemporânea. *Anpocs/14º-Encontro anual*, 1990.
- PASSERINI, Luisa. Gênero ainda uma categoria útil para a história oral? In: *A memória entre Política e Emoção*. Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011(Coleção Ideias), p.95-106.
- PERROT, Michelle & MARTIN-FUGIER, Anne. Os atores. In: PERROT(Org.). *História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra*(4). (Trad. Denise Bottman). São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.88-303.
- \_\_\_\_\_. As Mulheres, o Poder, a História. In: \_\_\_\_\_. *Os excluídos da história - operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.167-231.
- PIMENTEL, S.& PIERRO, M. Inês. *Revista Estudos Feministas* (1): 169-75, CIEC/ECO/UFRJ, 1993.
- PINHEIRO, Paulo S. (Org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PISCITELLI, Adriana G. Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico. *Cadernos Pagu* (1): 149-72, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1993.
- PITANGUY, Jacqueline. Um estudo americano sobre a violência no Brasil. *Revista Estudos Feministas* (1): 150-1, CIEC/ECO/UFRJ, 1993.
- PORTELLI, Alessandro. Sempre existe uma barreira: a arte multivocal da história oral. *Ensaio de História Oral*. Seleção de textos Alessandro Portelli e Ricardo Santhiago. Trad. Fernando Luis Cassio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010(Coleção Ideias), p.19-35.
- PUGA, Vera L. *Entre o bem e o mal (educação e sexualidade – anos 60 – Triângulo Mineiro)*. São Paulo: USP, 1991.(Dissertação, Mestrado).

\_\_\_\_\_. *Paixão, sedução e violência(1960-80)*. São Paulo: USP, 1998.(Tese, Doutorado).

RAGO, Margareth. *As mulheres na historiografia brasileira*. Campinas: Unicamp, 1993, mimeo.

\_\_\_\_\_. *As marcas da pantera. Foucault para historiadores*. *Revista Resgate* (5): 22-32, Campinas: Papirus, 1993.

RESENDE, Fernanda. Escola de princesas em Uberlândia supera expectativas de professora. Em menos de seis meses de criação a escola já atendeu 400 meninas. Projeto ensina princípios morais, sociais, etiqueta e comportamento, disponível em <http://WWW.g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/07/escola-de-princesas-em-uberlandia-supera-expectativas-de-professora.html>. Acesso em 09 de julho de 2013.

RODRIGUES, Jane de F. S. *Perfis femininos: simbologia e representação na sociedade uberlandense – 1920/1954*. São Paulo: USP, 1995.(Tese, Doutorado).

ROOHIZADEGAM, Olya. *A história de Olya*. Dramático relato de uma sobrevivente das perseguições aos bahá'ís no Irã. (Trad. Osmar Mendes). São Paulo: Planeta Paz, 1997.

SAADAWI, N. El. *As mulheres do mundo árabe. A face oculta de Eva*. São Paulo: Global, 1982.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987, vol.10, (Coleção Polêmica).

\_\_\_\_\_. *Feminismo e seus frutos no Brasil*. In: SADER, e. (Org.). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.

\_\_\_\_\_. *Relações de gênero: violência masculina contra a mulher*. In: RIBEIRO, H. et al. *Mulher e dignidade: dos mitos à libertação*. São Paulo: Paulinas, 1989.

SAFFIOTI, H. *Violência de gênero no Brasil atual*. *Revista Estudos Feministas* 2(2): 443-61, 2º sem./94.

\_\_\_\_\_. *No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual*. S/d., p.1-105, mimeo.

\_\_\_\_\_. *Violência de gênero no Brasil atual*. *Revista Estudos Feministas* 2(2): 443-61, 2º- sem./94.

\_\_\_\_\_. *Rearticulando gênero e classe social. Seminário – estudos sobre mulher no Brasil – avaliação e perspectivas*. Fundação Carlos Chagas, 27 a 30/11/1990.

SAFFIOTI, H. & ALMEIDA, Suely S. de. *Violência de gênero – poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAMARA, Eni de M. *A mulher, o poder e a família*. São Paulo: Marco Zero/Sec. Est. da Cultura de São Paulo, 1989.

SAMARA, Eni de M. Feminismo, justiça social e cidadania na América. *Caderno Espaço Feminino* (2): 5-14, jan./dez./95. Uberlândia: Neguem/CDHIS/Edufu.

SANTOS, M. Cecília Mac Dowel dos. Quem pode falar, onde e como? Uma conversa ‘não inocente’ com Donna Haraway”. *Cadernos Pagu* (5): 43-72, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1995.

SARLO, Beatriz. A História contra o esquecimento; um olhar político – em defesa do partidarismo na arte. In: *Paisagens Imaginárias*. EDUSP, 1997, p.35-42; p.55-63.

SCHUTZ, Will. *Profunda simplicidade*. Uma nova consciência do eu interior. São Paulo: Ágora, 1989.

SCHRAIBER, Lilia Blima ... et al. *Violência dói e não é direito: A violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*. São Paulo: Editora UNESP. 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade* 16(2): 5-22, Porto Alegre: Vozes, jul./dez., 1990.

\_\_\_\_\_. Debate - Prefácio à gender and politics of history. *Cadernos Pagu* (3): 11-28, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_. A invisibilidade da experiência. *Proj. História* - 16. São Paulo: Ed.PUC, fev. 1998, p.297-325.

SEED, Patrícia. Narrativas de Don Juan: a linguagem da sedução na literatura e na sociedade hispânica do séc. XVII. *Cadernos Pagu* (2): 7-46, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1994.

SILVA, Luís A. M. da. Gênero: um tema e/ou um conceito? *XVI Reunião anual/ Anpocs*. IFCS/UFRJ e IUERI. Caxambu, out., 1990.

SILVA, Marlise V. *Violência contra a mulher: quem mete a colher?* São Paulo: Cortez, 1992.

SIMMEL, George. Cultura feminina (1902). In: \_\_\_\_\_ *Filosofia do amor*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p.67-91.

SOARES, Barbara M. *MULHERES INVISÍVEIS – violência conjugal e novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOIHET, Raquel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: VÁRIOS AUTORES. *História das mulheres no Brasil*. (Org. de Mary Del Priore). São Paulo: Contexto, 1997, p.362-400.

SORJ, B. & MONTERO, P. S.O.S. Mulher e a luta contra a violência. VÁRIAS AUTORAS. *Perspectivas antropológicas da mulher* (4): 101-37, Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

PUGA, Vera L. *Entre o bem e o mal (educação e sexualidade – anos 60 – Triângulo Mineiro)*. São Paulo: USP, 1991.(Dissertação, Mestrado).

\_\_\_\_\_. *Paixão, sedução e violência(1960-80)*. São Paulo: USP, 1998.(Tese, Doutorado).

SZNICK,, Valdir. *Crimes sexuais violentos*. São Paulo: Ícone, 1992.

TELES, Maria A. de A. & MELO, Mônica de. *Violência contra a mulher*. São Paulo.: Brasiliense, 2002.

TELES, Maria A. de Oliveira. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense de 2003. (Coleção Primeiros Passos)

TIBURI, Marcia (org.). Várias autoras. Dossiê e entrevista exclusiva com Judith Butler. Feminismo como Provocação. *Revista Cult*, n.185, ano16, novembro 2013, p. 20 a 47.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, vol.I e II.

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria – um planetário de erros*. Rio Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, P. *A voz do passado*. História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, E. P. Intervalo: a lógica histórica; o termo ausente; experiência. In: *Miséria da Teoria* ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A, 1981, p.47-62 e p.180-201.

TILLY, Louise A. Debate - Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu* (3): 29-62, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1994.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, Raymond. Cultura, Língua, Ideologia, Hegemonia, Tradições, Instituições e Formações, Dominante, Residual e Emergente. In: *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p.17-76; p.111-129.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. Meios de comunicação como meios de produção. In: *Cultura e Materialismo*. Trad. André Glaser. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p.43-86.

VÁRIOS AUTORES. *Macho, masculino, homem – a sexualidade, o machismo e a crise de identidade do homem brasileiro*, 4 ed., São Paulo: LMP, 1986.

VÁRIAS(OS) AUTORAS(ES). *Revista Plural* (9). Faculdade de Ciências Humanas/ FUMEC, ano IV, mar./95. Especial – violência contra a mulher – Apresentação do projeto: um espaço para a mulher – em busca da cidadania.)

VARIKAS, Eleni. Debate - A propósito do desacordo Tilly–Scott. *Cadernos Pagu* (3): 63-84, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1994.

ZALUAR, Alba. Mulher de bandido: crônica de uma cidade menos musical. *Revista Estudos Feministas* (1): 135-42, CIEC/ECO/UFRJ, 1993.